



## MERCADOS



## Bolsa passa a subir em junho, a 122 mil pontos, em alta de 1,07%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Os ativos brasileiros tiveram um início de semana de relativa descompressão, favorecidos por agenda esvaziada ontem e também pela trégua nos ruídos políticos. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu 1,07%, aos 122.636,96 pontos, no maior nível de fechamento desde o último dia 6. Em junho, que chega ao fim para o mercado na sexta-feira, o Ibovespa (Índice Bovespa) passa a acumular leve ganho de 0,44%, limitando a perda do ano a 8,61%. O giro ficou em R\$ 18,1 bilhões. A alta de ontem foi a quinta consecutiva para o Ibovespa.

Na ponta vencedora do Ibovespa, Magazine Luiza fechou em alta de 12,28%, após anúncio de parceria com a AliExpress, varejista chinesa

do Grupo Alibaba.

Destaque também de ontem para Hapvida (+5,99%) e MRV (+5,43%). Entre os grandes bancos, os ganhos na sessão chegaram a 1,44%, em Itaú PN, e a 1,67%, em Santander Unit. Na ponta perdedora do Ibovespa, Embraer (-1,03%), CCR (-0,67%) e Weg (-0,51%) - apenas 11 dos 86 papéis da carteira Ibovespa fecharam o dia em baixa.

## DÓLAR

O dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em baixa de 0,93%, a R\$ 5,3904, após ter tocado R\$ 5,3767 na mínima pela manhã. Foi o segundo pregão consecutivo de queda da moeda norte-americana no mercado local, depois de ter alcançado na quinta-feira, o maior valor de fechamento desde 22 julho de 2022.

## MULHERES

## Samarco é alvo de ação que pede R\$ 3,6 milhões

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

A mineradora Samarco e suas acionistas Vale e BHP Billiton se tornaram alvo de ação civil pública que cobra uma indenização de pelo menos R\$ 3,6 milhões para reparar danos morais coletivos causados às mulheres atingidas pelo rompimento da barragem ocorrido em 2015 na cidade de Mariana (MG). No episódio, foi liberada uma avalanche de rejeitos que resultou em 19 mortes e em impactos nas dezenas de municípios mineiros e capixabas ao longo da bacia do Rio Doce.

A ação, ajuizada na Justiça Federal na última sexta-feira, é assinada em conjunto por seis instituições de Justiça: Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público do Espírito Santo (MPES), Defensoria Pública da União (DPU) e defensorias públicas dos dois estados. Elas alegam que o processo reparatório empreendido pelas três mineradoras e executado pela Fundação Renova evidenciou tratamento diferenciado conforme o gênero e violou direitos das vítimas, tanto na etapa do cadastramento como na implementação das medidas.

Além de pleitear indenização pelos danos morais coletivos, elas também querem que sejam estabelecidos valores a título de indenização individual. De acordo com nota divulgada ontem pelo MPMG e pelo MPF, foram juntados ao processo relatórios e documentos que comprovam as alegações.

"Ação requer também, entre outros pedidos, o pagamento, pelas empresas, de indenização mínima de R\$ 135.552,00 para cada mulher atingida pelos danos materiais causados pela violação sistemática aos direitos humanos e de pelo menos R\$ 36 mil pelos danos morais sofridos", diz o texto. De acordo com o MPMG e com o MPF, a ação está em consonância com o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero formulado pelo

Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujas diretrizes se tornaram obrigatórias desde 14 de março de 2023.

A reparação dos danos da tragédia se baseia em um acordo firmado entre as três mineradoras, o governo federal e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo. Foram estabelecidos mais de 40 programas. O modelo implementado, com a criação da Fundação Renova para gerir todas as medidas, é hoje considerado mal sucedido pelos governos envolvidos e também pelas instituições de Justiça. Passados quase nove anos, tramitam no Judiciário brasileiro mais de 85 mil processos sobre a tragédia. Negociações para repactuar o acordo em busca de uma solução para esse passivo judicial se arrastam há mais de dois anos, mas os valores ofertados pelas mineradoras ainda não atenderam as expectativas dos governos.

Assim como as três mineradoras, a Fundação Renova também é alvo da nova ação movida pelas instituições de Justiça. Procurada pela Agência Brasil, a Samarco afirmou que não foi notificada e que não irá comentar a questão. A Vale e a BHP Billiton também disseram que não foram notificadas. A Fundação Renova, por sua vez, informou que a entidade "não possui conhecimento da referida ação judicial e reforça seu compromisso com a reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem".

## CADASTRO

De acordo com as instituições de Justiça, embora conste no cadastro dos atingidos quantidades semelhantes homens e mulheres, houve participação reduzida das vítimas do gênero feminino nas oitivas realizadas pela Fundação Renova para levantamento de dados primários: elas representaram apenas 39% de todos as pessoas envolvidas. Além disso, somente 34% das mulheres foram listadas como responsáveis economicamente para a casa.

## MAIO

# Contas externas têm saldo negativo de US\$ 3,4 bilhões

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As contas externas do país tiveram saldo negativo em maio de 2024, chegando a US\$ 3,400 bilhões, informou ontem o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2023, houve superávit de US\$ 1,093 bilhão nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

A piora na comparação interanual é resultado da queda de US\$ 3 bilhões no superávit comercial, em razão, principalmente, da redução de 6,9% nas exportações. Contribuindo para o resultado negativo nas transações correntes, os déficits em serviços e renda primária (pagamento de juros e lucros e dividendos de empresas) aumentaram em US\$ 1,3 bilhão e US\$ 168 milhões, respectivamente.

A renda secundária também passou de superávit para déficit, com variação de US\$ 81 milhões.

Em 12 meses encerrados em maio, o déficit em transações correntes somou US\$ 40,148 bilhões, 1,79% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país), ante o saldo negativo de US\$ 35,654 bilhões (1,6% do PIB) no mês passado. Já em relação ao período equivalente terminado em maio de 2023, houve diminuição; na ocasião, o déficit em 12 meses somou US\$ 45,283 bilhões (2,24% do PIB).

De acordo com o BC, as transações correntes têm cenário bastante robusto e vinham com tendência de redução nos déficits em 12 meses, que se inverteu a partir de março deste ano. Ainda assim, o déficit externo é baixo para os padrões da economia brasileira e está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país, que têm fluxos de boa qualidade. Os dados do Investimento Direto no País (IDP) no mês de maio somaram US\$ 3,023 bilhões.

No acumulado de janeiro a

maio de 2024, o déficit nas transações correntes ficou em US\$ 21,094 bilhões, contra saldo negativo de US\$ 11,774 bilhões nos primeiros cinco meses de 2023.

## BALANÇA COMERCIAL

As exportações de bens totalizaram US\$ 30,676 bilhões em maio, uma redução de 6,9% em relação a igual mês de 2023, tanto em quantidade quanto em preços. Segundo o BC, não houve uma razão específica para a queda e, "aparentemente", é uma redução pontual na série de exportações.

As importações somaram US\$ 24,319 bilhões, com elevação de 3,1% na comparação com maio do ano passado. Nessa rubrica, há destaque para o crescimento dos criptoativos, que são caracterizados como bens e contabilizados na balança comercial. No mês passado, foram importados US\$ 1,476 bilhão em criptomoeças, crescimento de 55% em relação aos US\$ 951 milhões registrados em maio de 2023.

Entretanto, na próxima divulgação das estatísticas do setor externo, em 25 de julho, as compras e vendas de criptoativos serão reclassificadas. Segundo o BC, o Fundo Monetário Internacional (FMI), em conjunto com outros organismos internacionais e após uma consulta global a compiladores de estatísticas, modificou o tratamento metodológico para os criptoativos. Aqueles sem emissor, até então tratados como bens, passam a ser considerados ativos não financeiros não produzidos, com registro na conta de capital.

Com os resultados de exportações e importações, a balança comercial fechou com superávit de US\$ 6,357 bilhões no mês passado, valor 32% menor ante o saldo positivo de US\$ 9,357 bilhões no mesmo período de 2023.

## SERVIÇOS

O déficit na conta de serviços - viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos e seguros, entre outros - somou US\$ 4,482 bilhões em maio, ante os

US\$ 3,227 bilhões em igual mês de 2023, crescimento de 38,9%.

Segundo o BC, o déficit em serviços vem aumentando neste ano e a conta vem se diversificando. Na comparação interanual, uma das maiores altas foi no déficit em serviços de telecomunicação, computação e informações, puxada por operações por plataformas digitais; o aumento foi de 97,6%, totalizando US\$ 659 milhões.

As despesas líquidas com transportes cresceram 32,6%, somando US\$ 1,544 bilhão. Já em aluguel de equipamentos, o déficit teve alta de 48,9%, para US\$ 920 milhões. As duas rubricas estão associadas à dinâmica da atividade produtiva, investimentos e volume de importações.

No caso das viagens internacionais, em maio, o déficit na conta fechou com alta de 12,6%, chegando a US\$ 714 milhões, resultado da redução de 7,7% (para US\$ 523 milhões) nas receitas (que são os gastos de estrangeiros em viagem ao Brasil) e aumento de 3% nas despesas de brasileiros no exterior (para US\$ 1,237 bilhão).

## RENDAS

Em maio de 2024, o déficit em renda primária - lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários - chegou a US\$ 5,230 bilhões, ligeiramente acima do registrado em maio do ano passado, de US\$ 5,062 bilhões. Normalmente, essa conta é deficitária, já que há mais investimentos de estrangeiros no Brasil - e eles remetem os lucros para fora do país - do que de brasileiros no exterior.

As despesas líquidas com juros somaram US\$ 1,288 bilhão em maio deste ano, 5% menor que o resultado de maio de 2023. No caso dos lucros e dividendos associados aos investimentos direto e em carteira, houve déficit de US\$ 3,981 bilhões em maio, frente aos US\$ 3,726 bilhões de déficit observado no mesmo mês de 2023.

A conta de renda secundária - gerada em uma economia e

distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens - teve resultado negativo de US\$ 45 milhões no mês passado, contra superávit US\$ 36 milhões em maio de 2023.

## FINANCIAMENTO

Apesar do bom resultado, os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) caíram na comparação interanual. O IDP somou US\$ 3,023 bilhões em maio passado, ante US\$ 4,355 bilhões em igual período de 2023, resultado de ingressos líquidos de US\$ 1,7 bilhão em participação no capital e de US\$ 1,3 bilhão em operações intercompanhia.

O IDP acumulado em 12 meses totalizou US\$ 66,005 bilhões (2,95% do PIB) em maio de 2024, ante US\$ 67,338 bilhões (3,02% do PIB) no mês anterior e US\$ 68,318 bilhões (3,38% do PIB) no período encerrado em maio de 2023.

Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo. A previsão do BC é que os investimentos diretos no país cheguem a US\$ 70 bilhões em 2024, segundo o último Relatório de Inflação, divulgado no fim de março.

No caso dos investimentos em carteira no mercado doméstico, houve entrada líquida de US\$ 1,304 bilhão em maio de 2024, composta por receitas líquidas de US\$ 2,2 bilhões em títulos da dívida e saídas líquidas de US\$ 896 milhões em ações e fundos de investimento. Nos 12 meses encerrados em maio último, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram ingressos líquidos de US\$ 3,9 bilhões.

O estoque de reservas internacionais atingiu US\$ 355,560 bilhões em maio de 2024, aumento de US\$ 3,961 bilhões em comparação ao mês anterior.

## ENERGIA

## Usinas solares igualam capacidade com Itaipu

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As usinas solares de maior porte no país ultrapassaram em junho a marca de 14 gigawatts (GW) de potência operacional, informou esta semana a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). A potência iguala a capacidade instalada de Itaipu, a segunda maior usina hidrelétrica do planeta.

Atualmente, todas as unidades da federação têm usinas solares de grande porte. Na divisão por regiões, o Nordeste ocupa a liderança, com 59,8% de potência instalada. Em seguida, vêm o Sudeste, com 39,1%, e o Sul, com 0,5%. Completam a lista o Norte e o Centro-Oeste, com 0,3% cada.

Segundo a Absolar, mesmo com a dependência da luz solar, é plenamente possível aumentar significativamente a participação das fontes renováveis na matriz elétrica brasileira. A am-

pliação, alega a entidade, pode assegurar a confiabilidade, a segurança e a estabilidade do sistema elétrico do país, mantendo o equilíbrio técnico e econômico dos contratos de todos os produtores de energia.

## VARIÇÃO DE VENTOS

Um estudo realizado de 2019 a 2021 pelo Ministério de Minas e Energia, pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a GLZ, entidade de cooperação internacional do governo alemão, constatou sinergia entre as matrizes de energia renovável no Brasil. Quando há variações nos ventos e no Sol, as hidrelétricas garantem o equilíbrio do sistema, não as termelétricas fósseis. Atualmente, o estudo está na terceira fase.

Ao considerar as unidades de produção de energia solar de todos os portes, da produção doméstica às usinas grandes, o

Brasil alcançou, em 2023, 15,7 gigawatts de potência máxima de energia fotovoltaica. Com 4% do mercado global, o país firmou-se como o terceiro maior produtor de energia solar, atrás apenas da China e dos Estados Unidos.

A conclusão consta do relatório Perspectiva Global para a Potência Solar 2024-2028, elaborada pela organização SolarPower Europe e divulgada na Alemanha. Tanto no levantamento da Absolar como no relatório europeu, a metodologia considera a potência máxima de produção, nos cenários de maior insolação, não a potência nominal instalada.

Segundo a Absolar, desde 2012, o setor foi responsável por R\$ 60,7 bilhões em investimentos e gerou mais de 424 mil empregos verdes. No mesmo período, a produção de energia solar proporcionou R\$ 20 bilhões em arrecadação aos cofres públicos.

## JUNHO

## Balança tem superávit de US\$ 756 mi na 3ª semana

A balança comercial registrou superávit comercial de US\$ 756 milhões na 3ª semana de junho. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços divulgados ontem, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 6,82 bilhões e importações de US\$ 6,065 bilhões. No mês, o superávit acumulado é de US\$ 3,871 bi e, no ano, de US\$ 39,758 bi.

Até a 3ª semana do mês, a média diária das exportações registrou queda de 1,6% na comparação com a média diária do período em 2023, devido ao crescimento de US\$ 18,56 milhões (4,9%) em Agropecuária; alta de US\$ 9,16 milhões (3,3%) em Indústria Extrativa e a um recuo de US\$ 45,23 milhões (-6,1%) em produtos da Indústria de Transformação.

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

## LDO

# Relator diz que Tesouro pode alterar metas da dívida pública

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, senador Confúcio Moura (MDB-RO), disse ontem que o Tesouro Nacional poderá mudar as metas para a dívida pública no texto. Apesar disso, o compromisso com a meta de déficit primário zero no próximo ano está mantido.

Ele se reuniu ontem com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir possíveis alterações no projeto, enviado em abril ao Congresso Nacional. Na versão original, o projeto prevê que a Dívida Bruta do Governo Geral encerrará o próximo ano em 77,9% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas), subindo para 79,1% em 2026 e 79,7% em 2027.

Segundo Confúcio, a equipe econômica pode aumentar as estimativas para a dívida pública por causa da interrupção da queda da Taxa Selic (juros básicos da economia). Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central (BC) manteve a taxa em 10,5% ao ano e indicou que não mudará os juros até o fim de 2024.

“É possível que o secretário do Tesouro (Rogério Ceron) envie sim, algumas alterações de

metas de acordo com essa rigidez das taxas de juros. Tudo é feito em cima de projeções. Um apanhado de dados que o governo tem para poder estabelecer esses parâmetros de dívida pública, de crescimento econômico. Isso [meta fiscal zero] a lei do arcabouço fiscal mantém intacto”, afirmou. “A diferença é a dívida pública. Quando o juro está alto, a dívida pública se mantém rígida, se mantém alta”, acrescentou o senador.

## ALTERNATIVA

Confúcio reuniu-se com Haddad para debater opções para perseguir a meta de déficit primário zero caso as receitas da União caiam no próximo ano. Apesar de a arrecadação dos últimos meses atingir recordes e superar as previsões, o desempenho deve-se principalmente à tributação do estoque de fundos exclusivos acumulados até o fim do ano passado. Não há garantias de que essas receitas extras se repetirão em 2025.

Segundo o senador, Haddad disse que a alternativa em caso de queda nas receitas do governo federal será o contingenciamento (bloqueio temporário) de gastos. “Nós tratamos como faz se houver uma frustração de receitas. Ele falou que o único instrumento seria o contingen-

ciamento de recursos para ir ajustando as despesas, liberando gradativamente de acordo com as necessidades dos ministérios. O contingenciamento é arbítrio do próprio governo”, disse o relator.

## DESVINCULAÇÕES

O parlamentar também discutiu com Haddad a possibilidade de desvincular receitas para dar mais flexibilidade ao Orçamento. Confúcio, no entanto, ressaltou que a decisão caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Isso é um assunto de governo posteriormente, uma grande negociação política entre as casas legislativas, para que possa, ao decorrer do tempo, ir mudando gradativamente. Falamos que, por ser um assunto político que tem que ser mensurado pelo presidente, se seria hora de um confronto, de trabalhar isso”, acrescentou.

Por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU), recursos vinculados a uma finalidade ou programa podem ser usados para qualquer despesa do governo, inclusive para cumprir a meta de resultado primário. A Emenda Constitucional da Transição, aprovada no fim de 2022, adiou a vigência da desvinculação de até 30% das recei-

tas da União para o fim deste ano. Caso o governo queira prorrogar o mecanismo, o Congresso precisará aprovar uma proposta de emenda à Constituição. A DRU existe desde o fim dos anos 1990.

## EMENDAS

Em relação às emendas parlamentares, o senador defendeu a manutenção do valor em torno de R\$ 50 bilhões por ano. “O bom senso aponta que não se deve aumentar além disso de jeito nenhum porque as contas públicas estão em xeque”, declarou.

“Não há uma fatura de recurso, as vinculações são grandes, as despesas obrigatórias cada vez mais arrojando o governo. Os recursos discricionários cada vez menores. Então, com isso, o bom senso do Congresso Nacional tem que se falar mais alto. Então, eu creio que não deve ficar nesse valor mesmo, de se discutir um pouco mais ou menos”, acrescentou o relator.

No início do ano, o presidente Lula vetou R\$ 5,6 bilhões em emendas das comissões permanentes da Câmara e do Senado. O Congresso derrubou parcialmente o veto, recompondo as emendas em R\$ 4,2 bilhões e elevando o total das emendas para R\$ 52 bilhões neste ano.

## ELETRICIDADE

## Consumo de energia no País aumenta 7,3% no primeiro trimestre

O consumo de eletricidade do país aumentou 7,3% no primeiro trimestre de 2024 na comparação com o mesmo período do ano passado. O maior índice de aumento, 12,3%, foi na classe residencial. As classes comercial e industrial também tiveram expansão relevante, de 8,4% e 3,8%, respectivamente.

Os dados constam do Boletim Trimestral de Consumo de Eletricidade da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

De janeiro a março deste ano, o consumo de energia elétrica da classe comercial atingiu o maior valor trimestral desde o início da série histórica da EPE em 2004: 26.942 Gwh e superou o recorde registrado no último trimestre do ano passado. A taxa de consumo de eletricidade da classe cresceu 8,4% nos três primeiros meses do ano em comparação com o mesmo trimestre de 2023.

O desempenho positivo do setor de comércio e serviços e

o calor e as altas temperaturas no país estimularam o aumento do consumo no primeiro trimestre de 2024.

O consumo de energia elétrica das residências no país foi de 46.242 Gwh no primeiro trimestre de 2024, alta de 12,3% na comparação a igual período de 2023. Foi o maior valor de energia elétrica consumida pela classe num trimestre desde o início da série histórica em 2004, superando o recorde do trimestre anterior.

A alta do consumo de energia elétrica da classe residencial no primeiro trimestre do ano foi, em grande parte, motivada pelas ondas de calor e pelas temperaturas acima da média. Além disso, o aumento da posse de equipamentos de refrigeração desde o segundo semestre do ano passado, a elevação do número de consumidores residenciais e a melhora dos indicadores macroeconômicos como emprego e renda também favoreceram o crescimento do consumo da classe.

## 2024

## Mercado eleva previsão da inflação para 3,98%

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – teve elevação, passando de 3,96% para 3,98% este ano. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a projeção da inflação também subiu de 3,8%

para 3,85%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

## GREVE

# Servidores federais ambientais iniciam paralisação por tempo indeterminado

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Servidores federais da área de meio ambiente iniciaram nesta segunda-feira uma greve que - até o dia 1º de julho - deve abranger 21 estados.

Os primeiros estados a paralisar as atividades são Paraíba, Pará, Acre e Rio Grande do Norte. Servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília, também iniciam hoje o movimento paredista.

Segundo a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional), o movimento será reforçado com a adesão de outros 17 estados, a

partir de 1º de julho: GO, RS, RJ, BA, ES, SC, PR, SP, TO, MG, MA, PI, PE, CE, AL e RO. Complementam essa lista os demais servidores do Distrito Federal não lotados no MMA.

Integram o movimento funcionários públicos vinculados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), ao Serviço Florestal Brasileiro e ao MMA.

## PROPOSTA RECHAÇADA

As negociações com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) já

duram cerca de seis meses, sem avanços. Segundo a Ascema, a proposta apresentada pelo MGI foi “rechaçada em 100% das assembleias” de suas entidades locais, uma vez que não teria atendido a “nenhum dos principais pontos” reivindicados.

“Infelizmente, o aparente desinteresse do governo federal em realizar a justa e devida reestruturação da carreira de especialista em Meio Ambiente e do Plano Especial de Cargos do MMA e do Ibama, que oficializou o rompimento unilateral da mesa, prejudicará os resultados e trará todo o ônus para o próprio governo e prejuízos para os setores regulados”, disse à

Agência Brasil o presidente da Ascema, Cleberon Zavaski.

Para ele, somente “ações essenciais e emergenciais e em números mínimos terão atividades realizadas”. Enquanto isso, acrescenta, os servidores permanecerão “mobilizados e pressionando”.

## CARREIRA

“Nossa demanda não é por um percentual específico de reajuste, mas de uma verdadeira reestruturação de carreira que nos reposicione o mais próximo de outras carreiras com atribuições de nível de responsabilidade e complexidade semelhantes ao nosso”, acrescentou Zavaski.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL, TERCEIRIZADOS EM GERAL, SERVIÇOS GERAIS, ASSEMBLHADOS E AFINS DO RIO DE JANEIRO**

Rua Barão 776 – Praça Secca - Jacarepaguá – Rio de Janeiro - CEP: 21.321-622 - Telefones: 2569-2311 / 2569-3397 CNPJ: 33.788.829/0001-50 - E MAIL: stbbedadsr@gmail.com

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os trabalhadores das empresas **RIO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA E ALCAFLUOR AGUAS MINERAIS LTDA**, para aprovação ou não da proposta da empresa para Acordo coletivo de trabalho 2023/2024, a realizar se no dia 28 de junho de 2024, com qualquer quórum.

**Rio de Janeiro, 24 de junho de 2024.**  
**Washington Luiz Marcelino dos Santos**  
Presidente

**IBV Brasil Petróleo Limitada**  
CNPJ nº 07.766.332/0001-20 - NIRE 33.2.0763155-4  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS**

Ficam convocados os sócios da **IBV Brasil Petróleo Limitada** (“Sociedade”) para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em primeira convocação, em 04 de julho de 2024, às 10 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma Microsoft Teams (“Reunião”). Os detalhes para acesso à Reunião serão oportunamente disponibilizados aos sócios da Sociedade. A Reunião deliberará sobre (i) a ratificação da eleição e posse do sr. Harinath Viswanathan, indiano, gerente geral, casado, portador do passaporte nº P7470636, registrado no sistema de registro nacional migratório sob o RNM nº B091548R, inscrito no CPF sob o nº 022.297.597-01, com escritório à Avenida José Silva de Azevedo Neto, nº 200, bloco 01, sala 206, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-056, visto que obteve autorização de residência com base na Resolução Normativa 11/2017 do Conselho Nacional de Imigração, para o cargo de Diretor Geral da Sociedade; (ii) o recebimento da renúncia do Sr. Sivakumar Ganesan Santhamma, indiano, casado, bacharel em tecnologia em engenharia elétrica e eletrônica, registrado no sistema de registro nacional migratório sob o RNM nº F250785X, inscrito no CPF sob o nº 065.791.107-08, com escritório à Avenida José Silva de Azevedo Neto, nº 200, bloco 01, sala 206, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-056, ao cargo de Diretor Geral da Sociedade; e (iii) o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$ 42.337.547,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e sete mil, quinhentos e quarenta e sete reais), com emissão de 42.337.547 (quarenta e duas milhões, trezentas e trinta e sete mil, quinhentas e quarenta e sete) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada; sendo que o referido aumento de capital é necessário para as operações da Sociedade. Para participar e votar na Reunião, os representantes dos sócios deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos sócios de acordo com a lei brasileira, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis. Este edital é publicado e, nos termos da Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Terceiro, do Contrato Social da Sociedade, enviado aos sócios da Sociedade por e-mail.

◆ Cópia de documentos e informações relacionadas à matéria a ser deliberada na Reunião encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade, Rio de Janeiro, 25 de Junho de 2024. **Renata Lima de Oliveira - Diretora Geral**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**  
**CONCESSÃO DE LICENÇA**  
CNPJ 29.138.328/0001-50

TORNOTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS LTDA.-CNPJ:30.225.619/0001-65, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias -SMMAPA a LICENÇA DE OPERAÇÃO de nº 066/2024, emitida em 12 de junho de 2024. Esta licença é válida até 12 de junho de 2029. Autoriza a empresa para serviços de atividade industrial de tipologia metal mecânica, que tem como única atividade a fabricação de peças de aço (ou inox, bronze, latão, alumínio entre outras ligas) e produção de peças, localizado na Avenida Ruy Barbosa, 110, Bairro Jardim Gramacho, Duque de Caxias-RJ, referente ao processo nº019/000437/2022.

**EDIOURO GRÁFICA E EDITORA PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/MF nº 04.160.920/0001-28 - NIRE: 33.3.0026701-8  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os acionistas da companhia **EDIOURO GRÁFICA E EDITORA PARTICIPAÇÕES S.A.** (“Companhia”), na forma do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, a participarem da Assembleia Geral Ordinária que acontecerá no dia 05 de julho de 2024, às 11:00 horas, em formato digital, por meio de vídeoconferência, conforme instruções de acesso constante nas informações gerais, a fim de apreciar e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras consolidadas de suas sociedades controladas (“Grupo Ediouro”), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos da Companhia, se houver. **INFORMAÇÕES GERAIS: 1. O link de acesso à Assembleia Geral será enviado oportunamente aos endereços de e-mail dos acionistas cadastrados junto à Companhia.** E responsabilidade dos acionistas manter atualizado os seus dados cadastrais. Qualquer acionista poderá atualizar o seu cadastro enviando suas informações atualizadas ao endereço eletrônico [juridico@ediouro.com.br](mailto:juridico@ediouro.com.br) com até 30 (trinta) minutos de antecedência da realização da Assembleia Geral Ordinária. 2. A Companhia disponibilizou aos acionistas o Boletim de Voto à Distância, os quais foram enviados aos endereços de e-mail dos acionistas cadastrados junto à Companhia. Os acionistas poderão exercer o seu direito de voto na Assembleia Geral Ordinária por meio de envio do Boletim de Voto à Distância preenchido e assinado conforme as instruções nele constantes, bem como por meio de votação a ser realizada durante a Assembleia, por meio da ferramenta disponível no sistema da sala virtual em que será realizada. 3. A Companhia disponibilizará acesso àqueles que desejarem utilizar no seu escritório localizado na Avenida Rio Branco, nº 115, 12º andar, Centro, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 20091-020. 4. Os documentos pertinentes aos assuntos incluídos na ordem do dia foram publicados na forma do artigo 133 da Lei 6.404/76, e encontram-se disponíveis para acesso pelos acionistas na sede da Companhia e mediante solicitação ao endereço eletrônico [juridico@ediouro.com.br](mailto:juridico@ediouro.com.br), e no link [https://diariodoacionista.com.br/wp-content/uploads/2024/05/27\\_05.2024-EDIOURO-GRAFICA-E-EDITORAPARTICIPACOES-S.A.-CNPJ-04.160.920-0001-28-BALANCO-2023.pdf](https://diariodoacionista.com.br/wp-content/uploads/2024/05/27_05.2024-EDIOURO-GRAFICA-E-EDITORAPARTICIPACOES-S.A.-CNPJ-04.160.920-0001-28-BALANCO-2023.pdf). 5. Os acionistas que optarem por comparecer por meio de procurador deverão enviar o respectivo mandato ao endereço eletrônico [juridico@ediouro.com.br](mailto:juridico@ediouro.com.br) com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral Ordinária, indicando o endereço eletrônico do procurador regularmente constituído para envio da autorização de acesso à sala virtual. Rio de Janeiro, 24 de junho de 2024. **JORGE RODRIGUES CARNEIRO** - Presidente do Conselho de Administração

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL, TERCEIRIZADOS EM GERAL, SERVIÇOS GERAIS, ASSEMBLHADOS E AFINS DO RIO DE JANEIRO**

Rua Barão 776 – Praça Secca - Jacarepaguá – Rio de Janeiro - CEP: 21.321-622 - Telefones: 2569-2311 / 2569-3397 CNPJ: 33.788.829/0001-50 - E MAIL: stbbedadsr@gmail.com

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os trabalhadores das empresas **COCA-COLA INDUSTRIAS LTDA e RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA**, para aprovação ou não da proposta da empresa para Acordo coletivo de trabalho 2024/2025, a realizar se no dia 28 de junho de 2024, com qualquer quórum.

**Rio de Janeiro, 24 de junho de 2024.**  
**Washington Luiz Marcelino dos Santos**  
Presidente

**CYMI SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME nº 42.471.899/0001-70 NIRE 33.3.0033890-0  
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 31/05/2024**  
**DATA, HORA E LOCAL:** Em 31/05/2024, às 16:30 horas, na sede **CYMI SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, localizada na Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 1.703 (parte) e 1.704 (parte), Edifício Palácio Austregêlio de Athayde, Centro, Município do RJ, Estado do RJ, CEP 20030-095 (“Companhia”). **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** As formalidades de convocação foram dispensadas, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“LSA”), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, Cymi Construções e Participações S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 1.701 (parte), 1.703 (parte) e 1.704 (parte), Edifício Palácio Austregêlio de Athayde, Centro, Município do RJ, Estado do RJ, CEP 20030-021, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 07.003.107/0001-32. Presente, ainda, o representante da Ernst & Young Auditores Independentes, Sr. Ricardo Gomes Leite. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko, que convidou o Sr. Germán Sánchez González para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** 1) Leitura e aprovação das demonstrações financeiras e das contas da administração referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; 2) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3) Instalação do Conselho Fiscal e 4) Autorização para a administração da Companhia praticar todos e quaisquer atos para o registro e a publicação da presente nos órgãos próprios. **PUBLICAÇÕES:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023 foram previamente remetidos aos acionistas e publicados no Jornal Diário do Acionista, em 31/05/2024. **DELIBERAÇÕES:** Diante da presença da totalidade dos acionistas, que consideraram sanadas a inobservância dos prazos e a falta de publicação dos anúncios referidos no art. 133 da Lei das Sociedades por Ações, conforme autorizado pelo art. 133, §4º da Lei das Sociedades por Ações, foram tomadas as seguintes deliberações pela unanimidade dos Acionistas, sem restrições: (1) Aprovação das contas da administração e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, conforme publicação no Jornal Diário do Acionista, em 31/05/2024, às fls. 4 e 5. (2) Em virtude de a Companhia ter apresentado prejuízo no exercício de 2023 no montante de R\$2.458.004,00 não houve a destinação de reserva de lucros. Fica expressamente consignado que, em comum acordo, os acionistas abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiro estratégico, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia. (3) Não instalação do Conselho Fiscal; e (4) Autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia geral extraordinária, da qual se lavrou a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada em livro por todos os presentes. **Presentes:** (i) Mesa: Carlos Eduardo Assumpção Olesko –Presidente da Mesa; Germán Sánchez González –Secretário da Mesa; e (ii) Acionista: Cymi Construções e Participações S.A. (p. Carlos Eduardo Assumpção Olesko e Germán Sánchez González) - Acionista. Certificamos que a presente é cópia fiel extraída do Livro de Atas de Assembleias Gerais da CYMI Construções e Participações S.A. RJ, 31/05/2024. Carlos Eduardo Assumpção Olesko - Presidente; Germán Sánchez González - Secretário. Cymi Construções e Participações S.A. - Carlos Eduardo Assumpção Olesko/Germán Sánchez González. Jucerja nº 6303370 em 20/06/2024

## ZONA LESTE

## 'Fala a senha': ladrões roubam vítimas em condomínio no Tatuapé

ÍTALO LO RE/AE

Três homens foram alvos de um assalto na manhã do último dia 15 na entrada de um condomínio na Rua Marechal Barbacena, na região do Tatuapé, na zona leste de São Paulo. As imagens da ação dos criminosos, trajados como motoqueiros durante a abordagem, chamaram atenção nas redes sociais nos últimos dias.

Armados, dois assaltantes ameaçam as vítimas para obter as senhas de bloqueio dos celulares e tentar levar outros objetos de valor, como até a aliança de um dos alvos. "Fala a senha", diz um dos ladrões, enquanto digita os números para destravar os aparelhos.

Ao menos uma das vítimas teve transações bancárias realizadas de forma indevida, informou a Secretaria da Segurança Pública do Estado (SSP). Nos últimos anos, o roubo seguido de transferências via Pix ganhou força na capital paulista para multiplicar os lucros dos criminosos. A Polícia Civil investiga o caso.

Dos três homens abordados na ocorrência, ao menos dois, de 42 e 49 anos, tiveram pertences roubados, entre celulares e outros objetos de valor, conforme a secretaria. Os assaltantes ainda tentam levar a aliança de um terceiro, mas aparentemente não conseguem, mostram as imagens captadas pela câmera de segurança.

"Vem aqui, senão vou te matar", chega a dizer um dos la-

drões. O homem até vai ao encontro dos bandidos, mas tem dificuldades para tirar a aliança do dedo. O assaltante, então, parece desistir da ação, e foge de moto com o comparsa. O roubo ocorreu por volta das 10h da manhã de um sábado, em via considerada movimentada na região.

No dia do assalto, segundo informações da Secretaria da Segurança Pública, duas das vítimas foram até o condomínio se encontrar com uma terceira pessoa. Elas estariam envolvidos em tratativas para a compra de um veículo. Assim que chegaram ao local, porém, todos foram abordados por dois criminosos armados.

Nas imagens, é possível ver que uma das vítimas ainda tenta fechar a porta para evitar a ação dos criminosos, mas não consegue. Todos ficam acudados na "clausura" da portaria. "Volta, dá o telefone", anuncia um dos ladrões. Conforme a secretaria, a dupla roubou os celulares das vítimas e outros pertences antes de fugir de motocicleta.

"Transações bancárias indevidas foram identificadas nas contas de uma das vítimas posteriormente", afirmou a pasta, sem especificar valores. A Secretaria da Segurança Pública afirmou que exames periciais foram solicitados e que o caso foi registrado no 30º Distrito Policial (Tatuapé). A Polícia Civil irá prosseguir com as investigações da ocorrência.

## SABESP

## TJ suspende lei que permite adesão de cidade à privatização

MATHEUS DE SOUZA  
E ELISA CALMON/AE

O desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) Roberto Solimene atendeu a pedido do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e suspendeu uma lei municipal que autorizava a privatização da Sabesp em Guarulhos. O revés para o governo paulista não impede a oferta das ações da companhia, prevista a terceira semana deste mês, mas cria um alerta já que a cidade é o segundo maior município de São Paulo em tamanho.

A lei suspensa é a que permite a adesão do município à respectiva Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário.

"A referida lei resulta de um

trâmite conturbado e cujo ritmo acelerado inviabilizou a efetiva participação popular e desprezo a necessidade de apresentação de laudo de impacto orçamentário e financeiro, dando origem a uma norma inconstitucional", afirma o PCdoB no pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Solimene entendeu, em sua decisão, que tanto os vereadores de Guarulhos quanto o governo estadual precisam responder ao Judiciário sobre as demandas levantadas pelo PCdoB. "É certo que a complexidade do assunto não dispensa o contraditório, porém, o prosseguimento sem a liminar poderá acarretar irreversibilidade quicá em detrimento da população consumidora (...)", escreveu o desembargador.

## BOTA FORA

## Tarcísio vai ao exterior atrás de compradores para ações da Sabesp

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, iniciou ontem, nos Estados Unidos, uma série de encontros com representantes de empresas privadas e de fundos de investimentos para apresentar o modelo da oferta pública de ações da Companhia de Saneamento Básico do Estado de SP (Sabesp), aberta na última sexta-feira.

A comitiva que acompanha o governador é formada pelos secretários de Parcerias e Investimentos, Rafael Benini, de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, e Co-

municações, Lais Vita, e cumprirá compromissos em Nova York, Iorque e Boston. O grupo irá também ao Reino Unido e a Portugal, na busca de interessados na compra de ações da companhia.

O governo de SP abriu, na noite de sexta-feira, a oferta pública de ações da companhia de saneamento, última etapa da privatização da empresa. No início do mês, o governo de SP anunciou que ficará com 18,3% das ações da companhia. Atualmente, o estado detém 50,3% dos papéis; o restante está na posse de empresas ou pessoas físicas.

## DISPUTA 2024

# Boulos não quer usar apoio de Lula para polarizar eleições

ZECA FERREIRA/AE

Pré-candidato à Prefeitura de São Paulo, o deputado Guilherme Boulos (PSOL) declarou ontem, que não pretende utilizar o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para polarizar as eleições na capital paulista. Ele também reconheceu que superar o estereótipo de radical associado à sua imagem será seu maior desafio na disputa.

Boulos participou de uma sabinata promovida pela associação Pró-Centro, formada por empreendedores e interessados pela região central de São Paulo. O evento já ouviu a pré-candidata do PSB, deputada Tabata Amaral, e a do Novo, Marina

Helena. Também estão previstas rodadas com o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o influenciador Pablo Marçal (PRTB).

No evento, o pré-candidato do PSOL disse que seu maior desafio será mudar a ideia de que é radical e desmentir notícias falsas sobre sua atuação no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) "Às vezes é mais fácil colocar um meme e um vídeo de 15 segundos do que debater propostas para a cidade", mencionou.

"Infelizmente, vocês vão ouvir muita (fake News) dizendo: 'O Boulos vai nacionalizar a campanha, vai polarizar, e o Lula vai...'. O que eu quero discutir na TV, nos debates, é o que discuti hoje com vocês: ci-

dade, proposta, valores e projetos", disse.

Apesar de afirmar que não pretende polarizar a campanha, Boulos usou a confirmação do nome do coronel da PM Ricardo de Mello Araújo como vice de Nunes para criticar o prefeito. Nas redes sociais, disse que a escolha do militar como vice de Nunes indica que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) terá influência na cidade caso o prefeito seja reeleito.

"O nome do policial foi enfiado goela abaixo de Nunes e seus aliados e é assim que vai ser nos próximos quatro anos se deixarmos São Paulo se transformar numa filial da milícia. Em troca de apoio eleitoral, Nunes é capaz de tudo", escreveu o pré-

candidato do PSOL em seu perfil no X (antigo Twitter).

Ex-comandante das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), unidade de elite da PM, Mello Araújo foi escolhido por Bolsonaro para ser o vice de Nunes. Inicialmente, o entorno do prefeito buscava um nome mais moderado para o cargo, mas acabou aceitando a indicação de Bolsonaro devido ao receio de perder o apoio dos eleitores bolsonaristas para Marçal.

A escolha do vice foi uma condição imposta por Bolsonaro para apoiar a reeleição de Nunes. Com isso, há a expectativa de que a disputa pela capital paulista reproduza a polarização entre Lula e Bolsonaro observada em 2022.

## EDUCAÇÃO

## Moraes dá 10 dias para SP explicar modelo de escola cívico-militares

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), solicitou ontem que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e a Assembleia Legislativa enviem explicações sobre a criação do modelo de escolas cívico-militares. A manifestação deverá ser enviada em dez dias.

A decisão de Moraes foi motivada por uma ação na qual o PT questiona a constitucionalidade do modelo educacional, que também é questionado na Corte em uma ação protocolada pelo PSOL.

Nesse processo, o relator, ministro Gilmar Mendes, também deu o mesmo prazo para o

governo estadual se manifestar. A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) também vão opinar sobre a questão.

A criação das escolas cívico-militares foi aprovada pelo Legislativo estadual no mês passado e sancionada pelo governador.

O PT alega que a Lei Complementar nº 1.398/24 é inconstitucional por violar a competência do Congresso para legislar sobre modelos educacionais.

Além disso, a legenda argumenta que os militares que vão trabalhar nas escolas militarizadas terão salários maiores do que os ganhos dos professores da rede estadual.

"O mês trabalhado poderá ser superior a R\$ 6 mil mensais – valor esse que ainda se somará aos soldos dos policiais militares da reserva. O valor é 13% maior do que o piso salarial dos professores da rede estadual com jornada de 40 horas semanais, atualmente R\$ 5,3 mil", afirma o partido. Após receber as manifestações, Moraes deverá decidir a questão.

À época da sanção da lei, o governo do estado informou que a implantação do novo modelo será gradual, com "consentimento expresso das comunidades escolares em consultas públicas".

"A iniciativa da escola cívico-militar está alinhada ao Plano Estadual de Educação. É

uma iniciativa altamente democrática, que dá opção às famílias e incrementa o portfólio de escolas da rede pública. A escola cívico-militar tem o propósito de melhorar o aprendizado e o ambiente escolar, além de reduzir a violência", afirmou o secretário executivo da Educação, Vinicius Neiva.

O Partido dos Trabalhadores (PT) protocolou na última quinta-feira, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo que a Corte declare inconstitucional a lei do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que cria escolas cívico-militares estaduais.

## ABUSO DE AUTORIDADE

## Polícia investigará Rubinho, vereador que tentou abrir CPI contra padre Júlio

JULIANO GALISI/AE

A Polícia Civil de São Paulo investigará o vereador de São Paulo Rubinho Nunes (União Brasil), que tentou instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal contra o padre Júlio Lancellotti. O inquérito apurará se Rubinho cometeu abuso de autoridade contra o pároco com a tentativa de instalação de uma CPI.

Em nota ao *Estadão*, Rubinho Nunes diz que o inquérito "é absurdo em várias camadas". "Não há qualquer abuso de autoridade, a abertura de CPI é prerrogativa

legal do parlamentar, que ainda goza de imunidade constitucional de votos e opiniões", afirma.

A investigação foi aberta por determinação do Ministério Público de São Paulo, que atendeu, por sua vez, a um pedido do Instituto Padre Ticão. O vereador diz que avalia uma representação criminal contra a entidade beneficente "por denúncia caluniosa eleitoral".

## CPI

Em dezembro de 2023, Rubinho Nunes propôs a instalação de uma "CPI das ONGs" na Câmara paulistana. A comissão,

segundo o pedido de abertura, pretendia investigar as entidades sem fins lucrativos que recebem recursos públicos da Prefeitura de São Paulo.

Apesar de não ter o nome citado no requerimento de instauração, o próprio Rubinho Nunes afirmou que a CPI, se instalada, teria como um dos alvos o padre Júlio Lancellotti.

Em seu perfil do X (antigo Twitter), Rubinho Nunes afirmou, à época, que a CPI pretendia "esmiuçar todos os esquemas" da "máfia da miséria" que atua na região da Cracolândia, no centro da cidade de São Paulo. Segundo

o vereador, "muitas ONGs e falsos padres, como o Júlio Lancellotti, ganham politicamente" com a vulnerabilidade social dos dependentes químicos.

A repercussão do pedido de CPI fez com que a instalação do órgão emperrasse no acordo de líderes da Casa. Em março, o escopo da proposta por Rubinho foi alterado para uma investigação contra abuso e assédio sexual contra pessoas vulneráveis, usuárias de drogas e em situação de rua na capital. Para que a comissão seja instalada, são necessários 28 votos entre os 55 vereadores da capital.

## HOSPITAIS

## Secretaria diz ao STF que cumpre realização de aborto

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo informou ontem ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que cumpre a decisão que liberou a realização da assistolia fetal para interrupção de gravidez.

Em ofício enviado ao ministro, a secretaria apresentou uma lista com os nomes de mulheres que realizaram o procedimento em cinco hospitais municipais

neste ano. A relação é composta pelas iniciais dos nomes, o número do prontuário e a idade gestacional. A maioria dos casos envolve a interrupção abaixo das 22 semanas de gestação.

Conforme a lista, entre janeiro e junho, foram realizados 68 abortos legais nos cinco hospitais. Apenas três casos foram acima das 22 semanas de gravidez.

A interrupção da gestação é permitida pela legislação penal nos casos de gravidez fruto de estupro e só pode ser realizada

pelo médico com o consentimento da vítima.

Na semana passada, Moraes pediu que os hospitais informassem se estão realizando o procedimento. A solicitação foi feita após matérias jornalísticas informarem que pacientes tiveram a interrupção legal negada.

No mês passado, o ministro suspendeu a resolução aprovada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) para proibir a realização da assistolia. A sus-

ensão foi motivada por uma ação protocolada pelo PSOL.

Moraes considerou que houve "abuso do poder regulamentar" do CFM ao fixar regra não prevista em lei para impedir a realização do procedimento. Ao editar a resolução, o CFM entendeu que o ato médico da assistolia provoca a morte do feto antes do procedimento de interrupção da gravidez e decidiu vetá-lo.

"É vedada ao médico a realização do procedimento de assistolia fetal, ato médico que ocasiona o feticídio, previamente aos procedimentos de interrupção da gravidez nos casos de aborto previsto em lei, ou seja, feto oriundo de estupro, quando houver probabilidade de sobrevivência do feto em idade gestacional acima de 22 semanas", definiu o conselho.

## MEIO AMBIENTE

# Marina: incêndios no Pantanal e na Amazônia são criminosos

VICTOR OHANA/AE

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, responsabilizou a "ação humana" pelos incêndios no Pantanal e na Amazônia e afirmou que os criminosos devem ser punidos. As declarações ocorreram ontem, após uma reunião da "sala de situação" sobre o assunto, no Palácio do Planalto.

"Temos um esgarçamento de um problema climático que vocês viram acontecer com chuvas no Rio Grande do Sul, e que nós sabíamos que iria acontecer com seca, envolvendo a Amazônia e o Pantanal. Agora, nós te-

mos uma ação de pessoas que usam a queima controlada do fogo", afirmou a ministra.

Marina prosseguiu: "O único meio que nós teríamos de evitar (o fogo) é que as pessoas não queimem. E elas não estão conscientes ainda o suficiente para entender que combater o fogo é evitar o fogo."

Segundo a ministra, o governo antecipou ações que adotaria em agosto e que desde o início de maio está em "pronta ação". Ela ressaltou que a pasta decretou situação de emergência em relação ao fogo no mês de abril.

Neste momento, o ministério tem a perspectiva de receber um adicional. Atualmente, disse ela,

são 175 brigadistas do Ibama e 53 do ICMBio em ação, além de 53 combatentes da Marinha e mais 250 profissionais. Segundo ela, haverá um adicional de 50 brigadistas do Ibama e de 60 da Força Nacional.

Segundo ela, o Ministério da Justiça e Segurança Pública participa das ações com um trabalho de inteligência "para que todos os criminosos que estão provocando incêndios possam ser devidamente investigados e punidos".

A ministra afirmou que as práticas envolvem principalmente a renovação de pastagens e da queima controlada.

"Todos aqueles que fizeram o uso do fogo para a renovação de

pastagens ou para a atividade qualquer que seja ela estará cometendo um delito", declarou.

"Neste momento, é fundamental parar de usar fogo para qualquer coisa. E, nesse período, não tem incêndio por raio. O que está acontecendo é incêndio por ação humana", disse.

Na sexta-feira, Marina e demais ministros pretendem visitar o município de Corumbá (MS) para analisar os impactos dos incêndios. A decisão ocorreu após a reunião da "sala de situação", que também teve a presença do ministro do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, e da ministra do Planejamento, Simone Tebet.

## DOENÇAS

# Nísia diz que SUS pode dar melhores respostas à população

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

Durante a inauguração das novas instalações do Hospital Alcides Carneiro, em Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, afirmou que apesar da complexidade da oncologia, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem capacidade de dar melhores respostas à população brasi-

leira. Ela destacou que o programa Mais Acesso a Especialistas é parte essencial no processo de redução de filas. Ao todo, serão abertos 87 leitos para o tratamento de câncer.

"Precisamos garantir que não haja um grande tempo de espera e essa é a meta do programa Mais Acesso a Especialistas. É isso que vamos fazer juntos para melhorar a condição de atendi-

mento e para reduzir o sofrimento dos pacientes. Isso é SUS na prática", disse a ministra.

Nísia reafirmou que tem trabalho para fortalecer o SUS. "A principal característica da rede pública é fazer a diferença de forma concreta na vida do povo brasileiro. O SUS é uma grande conquista da nossa população, mas o que importa é o que ele representa de forma

concreta na vida das pessoas", defendeu.

Toda a linha de cuidados dos pacientes oncológicos passará a ser oferecida no hospital, desde o diagnóstico, exames, cirurgias e, agora, quimioterapia. O espaço tem capacidade para atender 1,1 mil pessoas por mês. Para a nova unidade oncológica, o ministério fez um aporte no valor de R\$ 910 mil por ano.

## TSE

# Ministra diz que hoje as pessoas já não são 'presas fáceis' da desinformação

PEPITA ORTEGA  
E HEITOR MAZZOCO/AE

A ministra do Tribunal Superior Eleitoral Edilene Lobo defendeu ontem, a repressão da disseminação de desinformação com um enquadramento mais rigoroso de acusados de espalhar fake news e discurso de ódio - artigo do Código Eleitoral prevê dois meses a um de detenção a infratores. O TSE e os tribunais regionais eleitorais se preparam para as eleições que se aproximam, em outubro, quando o País irá às urnas para escolher seus novos prefeitos e vereadores.

Segundo a ministra, o combate à desinformação exige intervenções diversas, "com o necessário debate sobre prevenção, regulação e educação ante as fake news, e também com a punição correta a condutas que desservem a sociedade".

Edilene pregou a discussão sobre o direito penal eleitoral "notadamente em uma eleição como essa, em que as relações se dão na base, onde as paixões por vezes podem ser maiores". Ela fez referência expressa ao artigo 323 do Código Eleitoral, que criminaliza a divulgação, na propaganda eleitoral, de "fatos sabidamente inve-

ridicos em relação a partidos ou a candidatos e capazes de exercer influência perante o eleitorado".

A pouco mais de três meses das eleições municipais, a ministra participou na tarde desta segunda-feira, de uma reunião durante almoço promovido pelo Instituto dos Advogados de São Paulo, na qual falou sobre fake news, extremismo e tecnologia.

Ao defender a abordagem à repressão desse tipo de crime, ela ponderou que hoje vê as pessoas "menos presas fáceis da desinformação".

Segundo Edilene, a desinformação será novamente um dos

pontos de atenção das eleições de outubro próximo, mas, segundo ela, existem outros desafios, como a participação das mulheres no pleito e a violência política de gênero. Ela se alinhou ao ministro Alexandre de Moraes, ex-presidente da Corte eleitoral, e aponta a necessidade de uma "regulagem global, por uma associação global para governança da inteligência artificial e do uso da internet".

A ministra defendeu as resoluções publicadas pela Corte para disciplinar as eleições, em especial a norma que trata do uso de inteligência artificial no pleito de 2024.

## CÂMARA

# Avança projeto que prevê aviso a vítimas sobre soltura de condenados

JEAN ARAÚJO/AE

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei (PL) 834/2024, que determina que vítimas de agressões sejam notificadas quando seus agressores condenados forem soltos. A proposta pede que agentes de segurança pública também sejam avisados a fim de impedir a revitimização.

O texto foi aprovado na última terça-feira, e será avaliado agora pela principal Comissão

da Casa antes de ir ao Senado Federal: a de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Sob autoria do deputado Júnior Mano (PL-CE), o PL estabelece que as informações da vítima sejam protegidas e a manutenção de todos os dados dos envolvidos respeite a Lei Geral de Proteção de Dados. Fica a cargo das instituições responsáveis pelo sistema penal a notificação. Elas deverão realizar esse trabalho em três situações: quando o condenado recebe o

benefício da liberdade provisória, saídas temporárias ou em finalização da pena.

Para o autor, o projeto vai de encontro a uma lacuna no arcabouço legal brasileiro, que ele diz ser a segurança das vítimas de crimes. "A proposta visa instituir um mecanismo de notificação eficaz que garanta a elas a oportunidade de tomar as precauções necessárias para sua segurança", explica.

Júnior Mano também argu-

menta que o projeto fortalece o sistema de justiça criminal ao incluir os agentes de segurança pública, pois pode melhorar a cooperação entre as instituições penais e as forças de segurança.

O relator do caso, deputado Delegado Palumbo (MDB-SP), aprovou o PL com texto em substitutivo. Ele inseriu à proposta que penitenciárias adicionem imagem atualizada do condenado na notificação, argumentando que a ideia facilita o reconhecimento visual do detento por todas as partes.

## STF

# Ação contra acusados da morte de Marielle começa a tramitar

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou ontem que os acusados de participar do assassinato da vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, em 2018, apresentem defesa prévia no prazo de cinco dias.

A decisão marca o início da tramitação da ação penal aberta na semana passada contra os irmãos Brazão e outros acusados pelo crime. Não há data definida para o julgamento final, que decidirá pela condenação ou absolvição dos réus.

Na terça-feira passada, o Supremo transformou em réus o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ), Domingos Brazão, o irmão dele, Chiquinho Brazão, deputado federal (sem Partido-RJ), o ex-chefe da Po-

lícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa e o major da Polícia Militar Ronald Paulo de Alves Pereira. Todos estão presos.

Moraes também determinou que os réus serão ouvidos somente no fim do processo. Durante a instrução, os advogados poderão apresentar todos os argumentos que entenderem pertinentes para a defesa, além de arrolarem testemunhas de defesa e indicar provas benéficas aos acusados. O ministro decidiu ainda que depoimentos de testemunhas meramente abonadoras serão aceitos somente por escrito.

A ação penal vai tramitar com o número 2.434.

Durante o julgamento que transformou os acusados em réus, as defesas se pronunciaram e rejeitaram as acusações de participação no homicídio da vereadora.

## AUXÍLIO RECONSTRUÇÃO

# Cidades do RS pedem prazo para cadastro

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

A Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) solicitou ao governo federal, ontem, a prorrogação de dez dias no prazo para que as prefeituras gaúchas realizem o cadastro online da população desabrigada no programa Auxílio Reconstrução. A iniciativa federal paga R\$ 5,1 mil, em parcela única, a famílias que tiveram que sair de suas moradias devido à calamidade pública que atingiu a maior parte do estado em maio, provocada pelas chuvas volumosas.

A data limite para o cadastramento é nesta terça-feira. O presidente da Famurs e prefeito de Barra do Rio Azul, Marcelo Arruda, alega que muitos municípios ainda não fizeram o cadastro, mesmo com o reforço da federação feito a cada município sobre a necessidade do cadastramento e fim do prazo. O prefeito justificou a necessidade de dilatação do prazo. "Assim, é possível que os municípios possam revisar os dados, identificar com exatidão as famílias atingidas, corrigir diver-

gências dos sistemas ou erros, e garantir que todos os cidadãos gaúchos tenham acesso ao Auxílio Reconstrução."

Até sexta-feira, 182 prefeituras do Rio Grande do Sul ainda não tinham registrado as famílias para receberem o benefício. O ministro-chefe da Secretaria Extraordinária da Presidência da República de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, afirmou ontem que divulgou a quantidade de municípios para que os moradores cobrem dos gestores municipais o cadastramento das famílias atingidas pela catástrofe para receberem o benefício.

## GOVERNO FEDERAL

Diante da solicitação de prorrogação do prazo pela Famurs, o ministro Paulo Pimenta frisou que a data final é nesta terça-feira e que o prazo foi definido há bastante tempo, mas que analisará tanto o número de municípios que, efetivamente, cadastraram os moradores, quanto a existência de elementos que justifiquem a necessidade da prorrogação solicitada.

## TSE

# Lua visita FH, Chomsky e Raduan Nassar em SP

RICARDO STUCKERT/PR

ELAINE PATRÍCIA  
CRUZ/ABRASIL

Em agenda privada, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, visitou na manhã de ontem, em São Paulo, o escritor Raduan Nassar e o linguista Noam Chomsky. Já no início da tarde, ele fez uma visita ao ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Os três compromissos são reservados e não foram divulgados na agenda oficial do presidente.

O escritor brasileiro Raduan Nassar, 88 anos, é autor de livros como Um Copo de Cólera e Lavoura Arcaica. Já o linguista e filósofo Noam Chomsky, 95 anos, esteve hospitalizado recentemente na capital paulista, tendo recebido alta no dia 18 de junho do hospital Beneficência Portuguesa. Ele se recupera em casa.

A visita ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso também foi privada. Adversários em eleições presidenciais, Fernando Henrique declarou apoio a Lula em 2022.

## Nota

## JUSTIÇA DO RIO CONDENA 'CARECA', POLICIAL QUE TRANSPORTAVA DINHEIRO PARA O DOLEIRO YOUSSEF

A 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro condenou o policial federal Jayme Alves de Oliveira Filho, conhecido como "Careca", por improbidade administrativa. Ele era o responsável por entregar malas de dinheiro para o doleiro Alberto Youssef, condenado na Lava

Jato e um dos principais delatores na operação, e já havia sido condenado na esfera criminal, por lavagem de dinheiro. A sentença determinou a perda do cargo público do policial, a perda dos direitos políticos por seis anos, a cobrança de multa no valor do enriquecimento ilícito e a devolução dos valores desviados. A condenação atende a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), que alegou que o agente usou seu cargo público para beneficiar uma organização criminosa.

**PELOS CORREIOS**

# PF prende casal que fornecia armas para crime organizado

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Agentes da Polícia Federal, em conjunto com a força-tarefa internacional de Combate ao Tráfico de Armas e Munições, prendeu ontem em flagrante um homem e uma mulher que faziam compra, recebimento, transporte e fornecimento de materiais bélicos para abastecer o crime organizado.

Os equipamentos, recebidos por encomendas dos Correios, eram destinados ao fortalecimento do poder bélico da facção criminosa que domina e explora territórios mediante o uso clandestino de armas de fogo. Na ação de ontem, os criminosos foram detidos em flagrante enquanto retiravam a encomenda com os equipamentos bélicos na Agência de Correios Franqueada, localizada no Complexo da Maré, na zona norte da capital fluminense. A região é dominada pela facção Terceiro Comando Puro, que recentemente numa ação da Polícia Militar, matou dois policiais da tropa de elite da corporação (Bope) com tiros de fuzil.

O casal comercializava miras holográficas, lunetas, coronhas e carregadores de fuzil importados e de alta capacidade, capazes de armazenar 50 munições e realizar até 50 disparos ininterruptos em poucos segundos. A mulher também estava envolvida na comercialização de peças de armas de fogo.

De acordo com o delegado da PF, José Paulo Martins Duval, da Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas (Delepat-RJ), as investigações identificaram que as organizações criminosas que atuam no complexo de favelas da Maré se utilizam de pessoas físicas para a aquisição de acessórios de armas de fogo, através do recrutamento de pessoas físicas que em nome da facção adquirem esse equipamento bélico tanto no mercado interno quanto no mercado externo. "Dessa forma, eles têm uma maneira de abastecer as comunidades desses acessórios, que são itens importantíssimos, para essa logística de guerra no Rio de Janeiro, valendo-se dessas pessoas interpostas", afirmou Duval.

"Nossas investigações identificaram que, na grande maioria dos casos, há uma declaração falsa de conteúdo desses itens. De forma que eles são desviados e posteriormente encaminhados a essas organizações criminosas", detalhou o delegado federal.

As penas acumuladas para os presos ontem superam 20 anos de prisão. Eles foram encaminhados à Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro e, após a formalização da prisão em flagrante, seguiram para o sistema prisional do Estado, onde permanecerão à disposição da Justiça.

**EUA**

# Tribunal inocenta homem que estava no 'corredor da morte'

KATHARINA CRUZ/AE

Depois de quase 47 anos, o Tribunal de Apelações Criminais do Texas, nos Estados Unidos, inocentou Kerry Max Cook do assassinato de Linda Jo Edwards em 1977, crime pelo qual passou quase 20 anos no corredor da morte. O caso teve três julgamentos e vários recursos, inclusive para a Suprema Corte dos EUA. As informações são da CNN.

De acordo com a emissora americana, Cook, hoje com 68 anos, foi acusado de estupro, assassinato e mutilação de Edwards, de 21 anos, na cidade de Tyler, no Texas. Ela foi encontrada em seu quarto por sua colega de dormitório, Paula Ru-

dolph. Na época, um conjunto de impressões digitais na porta de Edwards correspondia a Cook, que morava no mesmo complexo de apartamentos da vítima, se tornando o principal suspeito. No entanto, análises científicas e depoimentos de especialistas desmentiram a alegação de que as impressões digitais encontradas na porta do quarto eram "frescas", apontou a CNN.

Cook foi condenado à morte em seu primeiro julgamento, realizado em 1979, mas sua condenação foi posteriormente anulada em recurso. Já o seu segundo julgamento, em 1992, terminou em anulação e o júri não conseguiu chegar a um veredito unânime. Um terceiro julga-

mento em 1994 terminou com uma nova condenação e sentença de morte. O Tribunal de Apelações Criminais do Texas reverteu o segundo veredito em 1996, declarando má conduta da polícia e dos promotores.

Em 1999, os resultados dos testes de DNA nas roupas íntimas de Edwards confirmou que não correspondiam as impressões de Cook. No entanto, Edward Scott Jackson, um presidente da Cadeia do Condado de Smith e a principal testemunha no primeiro julgamento de Cook, testemunhou que Cook disse a ele que havia matado Edwards. Mais tarde, ele retratou seu testemunho, admitindo que mentiu em troca de uma pena reduzida.

"Este caso está repleto de alegações de má conduta do Estado que justificam a anulação da condenação do Requerente", escreveu o juiz Bert Richardson no parecer do tribunal, que afirmava que as provas favoráveis a Cook foram retidas e que algumas das provas apresentadas no seu primeiro julgamento em 1978 mais tarde foram identificadas como falsas. A CNN entrou em contato com o gabinete do promotor distrital do condado de Smith, Jacob Putman, que assumiu o cargo em 2019, para comentar o caso. A decisão do tribunal de apelações observou que não responsabilizou os atuais promotores "de forma alguma pelos eventos passados neste caso."

**GUERRA SUJA**

# Seul diz que Coreia do Norte voltou a enviar balões para seu território

Os militares da Coreia do Sul informaram ontem que a Coreia do Norte lançou novos balões em direção ao território sul-coreano, provavelmente transportando lixo.

Uma declaração do Estado-Maior Conjunto diz que os balões estão se movendo para o sul. As autoridades pedem aos

cidadãos sul-coreanos que não toquem nos balões e os denunciem às autoridades militares e policiais.

Desde maio, a Coreia do Norte lançou uma série de balões que lançaram estrume, pontas de cigarro, restos de pano, pilhas usadas e vinil em várias partes da Coreia do Sul. Ne-

nhum material altamente perigoso foi encontrado.

A Coreia do Norte disse que a sua campanha de balões foi uma ação de retaliação contra ativistas sul-coreanos que distribuíram panfletos políticos críticos da sua liderança através da fronteira.

A influente irmã de Kim

Jong-Un, Kim Yo Jong, ameaçou hoje retaliar depois que um grupo sul-coreano disse ter enviado 20 balões carregando 300 mil folhetos de propaganda, 5 mil pendrives com músicas pop e dramas de TV sul-coreanos e notas de um dólar americano através da fronteira na noite anterior.

**VIOLAÇÃO**

# Ministério da China critica Estados Unidos por vender armas a Taiwan

Porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Mao Ning afirmou ontem, durante entrevista coletiva, que a venda de armas dos Estados Unidos para "a região da China de Taiwan viola seriamente o princípio de uma China", bem como comunicações bilaterais.

Segundo a funcionária, a medida americana "mina a soberania e a integridade territorial da China", por isso Pequim adotou medidas contra entidades relevantes e executivos graduados envolvidos nessas vendas.

A porta-voz afirmou que "a questão de Taiwan está no nú-

cleo dos principais interesses da China". Ela disse que nenhum país, organização ou indivíduo "deve subestimar a forte determinação" chinesa em relação à ilha, bem como "o desejo e a capacidade do governo chinês e seu povo de defender nossa soberania e integridade

territorial".

Em outro momento, a porta-voz da chancelaria criticou as Filipinas pela "intrusão ilegal" de embarcações em águas consideradas da própria China, e acrescentou que o país trabalha para "manter a paz e a estabilidade no Mar do Sul da China".

**ARGENTINA**

# Mais de 200 adolescentes se envolvem em briga em shopping

KATHARINA CRUZ/AE

Mais de 200 adolescentes se envolveram em uma briga violenta no shopping Tortugas Open Mall, em Buenos Aires, no último sábado. Segundo o *Clarín*, os jovens entraram com pedras e facas e se confrontaram na praça de alimentação.

A briga foi organizada e divulgada por quatro páginas de

redes sociais, com horário previsto para 15h, segundo o próprio post de divulgação. Em meio aos incidentes, muitos estabelecimentos comerciais fecharam as portas, enquanto as pessoas que estavam sentadas na praça de alimentação gritavam e corriam para evitar serem atingidas por alguma das pedras, cadeiras e outros objetos que voavam, aponta o jornal

argentino.

O *Clarín* informou que, segundo a contagem oficial, quatro jovens foram esfaqueados. Um deles, de 14 anos, sofreu um corte superficial no pulso esquerdo, enquanto outro jovem, de 16, recebeu um corte nas costas. Um adolescente, de 15, foi ferido por facada no abdômen e na perna direita e outro, de 16, foi ferido no abdômen. Pelo me-

nos um deles teve que ser socorrido em uma maca.

No total, 14 pessoas foram detidas, todas menores de idade, e estão sob os cuidados do Ministério Público. Pelo menos um deles, um menino de 15 anos identificado como AF, teve uma faca com cabo de madeira apreendida. Cerca de 70 agentes de segurança foram envolvidos para acalmar a situação.

**FRANÇA**

# Partido de Marine Le Pen tem 35% das intenções de voto

O Reunião Nacional (RN), partido de ultradireita de Marine Le Pen e Jordan Bardella, continua na liderança e registra 35,5% das intenções de voto para as eleições legislativas na França, de acordo com pesquisa realizada pelo instituto Ipsos, o jornal *Le Parisien* e a *Radio France*.

O primeiro turno das eleições

acontece no próximo dia 30 e o segundo no dia 7 de julho. As eleições legislativas na França elegem os deputados da Assembleia Nacional, câmara baixa do Parlamento francês.

A coalizão dos partidos de esquerda Nova Frente Popular fica em segundo lugar, com 29,5% dos votos. Já o Ensemble, alian-

ça do atual presidente francês Emmanuel Macron, tem 19,5% das intenções de voto, um aumento significativa em relação às eleições europeias (14%). Além disso, os eleitores do RN são os mais seguros de sua escolha de voto, com 87% contra 81% dos eleitores de esquerda, e 72% daqueles da aliança presiden-

cial Ensemble.

Segundo a pesquisa, divulgada no domingo passado, os franceses estão engajados nessas eleições antecipadas. A taxa de participação foi de 62%, superior à da taxa das eleições legislativas anteriores, em 2022.

Ao jornal *Le Parisien*, o analista Brice Teinturier, diretor do Ipsos, afirmou que os franceses estão muito motivados pela possibilidade inesperada de alternância política, aberta na noite de 9 de junho por Emmanuel Macron após a derrota de seu partido, Renaissance, nas eleições parlamentares da União Europeia, em relação à extrema direita.

**INCÊNDIO**

# Parque de Itatiaia retoma visita

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

A visita pública à Parte Alta do Parque Nacional do Itatiaia (PNI) foi retomada ontem, após a extinção total de focos do incêndio que consumiu 300 hectares da área de preservação. Determinada desde 15 de junho, dia seguinte ao início da queimada, a suspensão foi medida do adotada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que faz a gestão do local e pela direção da Parquetur, concessionária responsável pelo uso público do parque. "A Parquetur e o ICM-Bio reforçam o compromisso com a segurança das pessoas, fauna e a flora do Parque Nacional do Itatiaia", diz nota.

Para o gestor do PNI, Felipe Mendonça, agora a fase é de monitoramento e de cuidado com este período do ano que costuma ser de clima muito seco. "A atenção precisa ser redobrada diariamente", alertou.

A área atingida foi estimada em 300 hectares e segundo o gestor houve perdas ambientais difíceis de dimensionar. Mendonça ressaltou que a área onde ocorreu o fogo era de fácil expansão, uma vez que a vegetação estava seca e os ventos muito fortes. Além disso, a região era de difícil acesso, por ser muito íngreme e de até 2,5 mil metros de altitude. A preocupação, de acordo com o gestor, era também que o fogo não passasse para o outro lado da estrada que corta o parque na região. "O parque está nas duas margens da BR 485. A estrada faz um papel de aceiro (espécie de vala que impede a passagem do fogo), de controle desse fogo. O nosso esforço sempre foi de evitar que o fogo passasse para a outra margem, o que geraria um dano infinitamente maior. A gente tinha sempre esse desafio de restringir ao máximo a área afetada para a gente ter menores perdas", explicou à Agência Brasil.

Antes do incêndio de 14 de junho, o Parque de Itatiaia já ti-

nha sido atingido por outros. O maior da história foi em 1963, que durou 35 dias de fogo e consumiu 4 mil hectares. Em 1988, o fogo destruiu 3,1 mil hectares e um servidor ficou desaparecido. Em 2001, o incêndio provocado por dois turistas que se perderam e fizeram uma fogueira acabou com mais de 1 mil hectares. A mesma área foi atingida pelo fogo em 2007 e três anos depois foram 1,2 mil hectares.

Felipe Mendonça disse que em comparação a áreas atingidas em outros incêndios, desta vez a queimada foi menor, mas destacou que isso se deu por causa da ação integrada no combate e aos equipamentos utilizados atualmente no Parque.

"Se a gente comparar com outros incêndios naquela região na Parte Alta do parque, de certa forma foi relativamente pequeno. Já tivemos incêndio de mil hectares. Acho que foi o tempo de resposta. Ter as câmeras de monitoramento, ter um grupo de apoio de voluntários, de brigadistas e de parceiros locais contribuiu muito para a gente dar uma resposta rápida e controlar a área de abrangência do incêndio", afirmou.

**MPF**

Na semana passada, o recebimento de 20 representações sobre o incêndio pelo Ministério Público Federal (MPF) resultou na autuação da Notícia de Fato 1.30.008.000051/2024-52, distribuída para a procuradora da República, Izabella Brant. O prazo de tramitação é de 30 dias e nela, o MPF colhe elementos iniciais para basear a instauração de investigações tanto na esfera cível quanto criminal.

**AMAN**

A AMAN está envolvida porque o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) admitiu na terça-feira que o incêndio no Parque de Itatiaia começou durante uma atividade de 415 cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, de Resende.